

O LINGUISTA: ABÁ-PE AÍPÓ?¹

Américo Venâncio Lopes MACHADO FILHO²

Ca a uerdade dizer / odereyto nome da Jnssoa / nō ha nome de Cadiz. mais Guadiz. Ede Guadiz ha o mar nome Guaditaneo ! mais os homēes tolherō o nome áa Insoa Guadiz ! e chamana Cadiz / porque lhis semelha onome chus fremoso.³

As línguas humanas têm instigado no homem uma constante reflexão de natureza metalinguística. Reflexão muitas vezes tirada, ou melhor, "tolheyta" – para se utilizar do léxico arcaico do português, com base no fragmento medieval acima – do impressionismo pessoal do homem comum, em que a dimensão do mais belo ou do mais "fremoso" pudesse também se oferecer como explicação plausível e imediata. "Guaditaneo", ontem, Mediterrâneo, hoje, conquanto o mesmo mar.

Antes de o mundo ocidental desenvolver os primeiros alicerces que viriam a constituir a linguística moderna, nos moldes científicos em que hoje se apoia, o homem já havia articulado suas primeiras impressões sobre esse objeto complexo, plural e variável, que é a língua humana. Veja-se que o "mais antigo tratado sobre a linguagem preservado até hoje, na Índia, é o de Yāska, um autor que viveu no IV século a.C., e tem por nome *Nirukta* que significa *Explicação*" (CÂMARA JR., 1990, p. 15), embora não seja essa obra tão importante como a posterior de Pānini, sobre o sânscrito, escrita no mesmo século.

No Portugal quinhentista, homens como Fernão de Oliveira, em 1536, e João de Barros, em 1540, já apresentavam as primeiras reflexões metalinguísticas

¹ O presente trabalho dividiu o primeiro lugar no Concurso Nacional "O que é ser linguista", promovido pela Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), no ano de 2001, quando seu autor realizava seu doutoramento sob a orientação da Professora Rosa Virgínia Mattos e Silva, coordenadora do Prohpor. A promessa de sua publicação, entretanto, jamais foi efetivada pela diretoria da ABRALIN, o que parece justificar sua inclusão na presente coletânea. **ABÁ-PE AÍPÓ** significa "Quem é esse?", segundo Navarro (1999, p. 22).

² Publicado em: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia et al. (orgs.) **Várias navegações**: português arcaico, português brasileiro, cultura escrita no Brasil e outros estudos, em homenagem a Therezinha Barreto. Salvador: Edufba, 2012, p. 515-522.

³ Transcrição de um fragmento de um *Flos Sanctorum* do século XIV, fólio 16r, coluna 2, linhas 12 a 18, manuscrito pergamináceo escrito em português, integrante do acervo da Divisão de Coleções Especiais da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, originalmente trazido para o Brasil na

sobre o português, em que se esboçavam, em linhas gerais, a preocupação da descrição das realizações fonéticas, na obra do primeiro, e a correlação dos sons da língua e sua forma escrita, como fio condutor no trabalho do segundo.

Se como artifício taxionômico se possa aceitar que só a partir de 1916 a linguística auferiu o estatuto de ciência, com a publicação do *Cours de Linguistique Générale*, de Ferdinand de Saussure, muito se deveu à saga e ao trabalho precursor de alguns homens de visão que, embora condicionados ao nível de desenvolvimento social e civilizatório de sua época, formaram as bases ontológicas do despertar do homem científico contemporâneo, que perscruta sua própria linguagem e a de outros, sob a ótica de diferentes teorias que "podem construir objetos teóricos distintos sobre um objeto observacional que é supostamente o mesmo" (DASCAL; BORGES NETO, 1991, p 20).⁴

Em linhas gerais, o linguista moderno inicia sua *cruzada* de trabalho sob a égide de uma fundamental noção de sistema, originalmente proposta por Saussure – mas só tornada pública por intermédio da compilação de notas de sala de aula de seus discípulos – que procurava correlacionar a linguística a um objeto teórico homogêneo, que outorgasse sua autonomia enquanto ciência. E nesse ponto pode-se certamente dizer que essa estratégia obteve êxito. Essa visão de sistema passa depois a encontrar progressivamente novas reformulações.

Embora se possa admitir que "the study of language is still in its infancy"⁵, como bem adverte Lightfoot (1999, p. x), em recente trabalho, muitos avanços teóricos foram conquistados pelos homens e mulheres da linguística, desde as primeiras idéias de Saussure. Seu processo de expansão vivenciou e continua a vivenciar diversas correntes de pensamento dos estudos linguísticos, entre elas, as propostas gerativistas de Chomsky (1957), em seu *Syntactic Structures*, e suas posteriores e constantes reformulações teóricas, vistas por alguns como "estágios de um mesmo programa" estruturalista (cf. KATO, 1997, p. 276), mas pelo próprio

década de 50 pelo ilustre professor e filólogo Serafim da Silva Neto, que o adquiriu, conjuntamente com o *Livro da Aves* e os *Diálogos de São Gregório*, em Portugal.

⁴ Dascal & Borges Neto (1991, p. 19-20) definem objeto observacional como "a região que a teoria privilegia como foco de sua atenção", isto é, o recorte a ser estudado, e objeto teórico como "objetivo geral de estudo (*fazer ciência*, por exemplo) e do nível de adequação pretendido", que pode ser entendido como os princípios conceituais básicos a serem utilizados na análise.

autor como um rompimento com o modelo anterior, até as ideias da sociolinguística quantitativa de base empírica, aperfeiçoada por Labov, a partir do antológico artigo em co-autoria com Uriel Weinreich, seu mestre, e com Marvin Herzog, intitulado *Empirical foundation for a theory of language change*, de 1968, em que o conceito de sistema homogêneo é contrariado em prol de uma heterogeneidade sistemática da língua, que por si só pressupõe a variação.

Mas não é sobre as diversas formas de se fazer linguística nem sobre sua historiografia que se pretende aqui brevemente tratar, já que certamente se apresentaria uma lista bastante incompleta, haja vista a dimensão e a pluralidade que essa ciência atingiu no contexto mundial e não menos no Brasil. Mas, antes, esboçar algumas características e funções próprias ao linguista, nomeadamente ao linguista brasileiro, no âmbito do desenvolvimento da ciência linguística nacional.

Como se sabe, o primeiro homem a tentar implementar um curso de Linguística no Brasil foi o professor Mattoso Câmara Júnior, que, convidado para conduzir um curso na extinta Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, em 1938, viu seu projeto, já em 1939, cerceado pelo getulismo da época (MATTOS E SILVA, 1998, p. 100). O homem brasileiro teria de esperar, como há muito esperava pelas "novidades" desenvolvidas no mundo lá fora. Apenas em 1963, por força de lei promulgada no ano anterior, a Linguística passa a ser matéria obrigatória nos currículos universitários.

É bastante claro o entendimento de Mattos e Silva sobre o cenário em que foram formados os primeiros linguistas do País, cuja opinião, embora longa, não se furta, aqui, de reproduzir:

A Linguística Moderna, tanto pela via européia como pela via americana, que mal aportava às nossas margens pela segura mão de Mattoso Câmara Jr., já estava contestada nas zonas estrangeiras de poder e é nesse contexto que explode, sem retorno possível, a Linguística Brasileira: na recusa à tradição histórico-filológica; na contestação aos ainda mal digeridos estruturalismos; já sufocada com o primeiro modelo chomskiano, o de 1957, que já se substituía pelo modelo padrão de 1965 (1998, p. 102-3).

⁵ Trad.: "o estudo da linguagem esteja ainda em sua infância".

Os primeiros linguistas brasileiros em emergência, à exceção, talvez, de alguns poucos que tiveram a oportunidade de muito cedo conviverem com o desenvolvimento de teorias linguísticas no exterior e acompanhar, *pari passu*, seu amadurecimento, iniciam, pois, sua trajetória nesse cenário multifacetado, por vezes sujeitos a conceitos e correntes suplantadas, que teriam ainda de absorver e reanalisar, no seu processo de formação.

O contexto sociopolítico, com a reinstauração de uma nova ditadura, logo em 1964, viria, certamente, a condicionar o percurso do desenvolvimento intelectual e científico no Brasil. Muitos professores, entre eles alguns que conduziam trabalhos de formação de novos linguistas, foram, como se sabe, afastados pelo poder que, à força, se impunha, a exemplo do que ocorreu na recém-criada Universidade de Brasília, em que, havia pouco tempo, se instaurara o primeiro curso de Mestrado em Linguística no País.

Essa conformação histórica de introdução da Linguística no Brasil é de fundamental importância para uma primeira tentativa de caracterização do linguista brasileiro, embora formulada na interrogativa: ainda hoje um importador das teorias desenvolvidas no exterior?

Borges Neto (1986, p. 78) acredita que “nos voltamos para as idéias estrangeiras sem vermos para que elas nos servem, sem nos preocuparmos como o que podemos fazer com elas”. Uma compreensão há muito debatida por diversos campos do saber das ciências humanas que perpassa pela questão do sentimento de *homem historicamente colonizado*, que os constantes cerceios promovidos pelos diversos golpes antidemocráticos ajudaram a construir e que parece de certa forma ainda conduzir algumas atitudes do homem brasileiro, felizmente não sem a reação de alguns. Afinal "o homem não nasce dentro da natureza mas dentro da cultura" (BENVENISTE, 1976, p. 48).

Mas como diz ainda, muito propriamente, Benveniste (1976, p. 43) que na linguagem tudo "tem de ser definido em termos duplos", já que "tudo traz a marca e o selo da dualidade opositiva", assim se deveria talvez pensar sobre esse que foi aqui previamente – conquanto sob o benefício da interrogação – caracterizado como *importador de teorias*, que seja o linguista brasileiro. Será que,

como afirma Rajagopalan (1986, p. 85), o linguista nacional, do ponto de vista "acadêmico-intelectual", ainda teria de aprender a "**interpretar**, e não apenas praticar, a linguística"?

Se por um lado parece inegável que, no Brasil, se seguem (e diga-se: competentemente) os modelos teóricos criados e ciclicamente reformulados no exterior, por outro, já se pode falar de inovações que, mesmo sem a repercussão que uma ideia estrangeira teria em seu lugar, já foram introduzidas, no âmbito dessas teorias, por linguistas nacionais.

Ademais, se por muito tempo o País teria vivido "uma lingüística de indivíduos" (ALTMAN, 1998, p. 127), percebe-se, hoje, que aos poucos se começam a estabilizar grupos bem definidos de pesquisa, voltados a estudos sobre o português, nomeadamente sua variedade brasileira, que em algum tempo possam estabelecer as "raízes para a pesquisa lingüística em nosso país", fator considerado por Borges Neto (1986, p. 81) como de fundamental importância para o percurso de solidificação dos estudos lingüísticos no Brasil.

Dentre as contribuições do ponto de vista teórico seja talvez um bom exemplo da capacidade do linguista brasileiro de *interpretar* ou, melhor dizer, da habilidade de reinterpretar os modelos importados, a proposta de Fernando Tarallo (1987) de uma "sociolingüística românica paramétrica", que procura conjugar as teorias sociolingüística e gerativista, para um melhor entendimento da sintaxe do português brasileiro, união de que, segundo Duarte (1996, p. 160), "já se podem colher os frutos", haja vista os diversos trabalhos já realizados e muitos, certamente, em curso, que "combinam análises quantitativas de inspiração labovianas a hipóteses de inspiração paramétrica".

O prenúncio dessa proposta já parece transparecer num texto originalmente apresentado por Tarallo em 1984 e publicado em 1986, na Revista *D.E.L.T.A.*, cujo cerne, com a força de seu peculiar estilo metafórico, se reproduz aqui:

(...) o lingüista existente em nós deveria ser, na realidade, mais *zeligiano* que o pretendemos e o fazemos. Em outras palavras, uma certa dosagem de *falta* de personalidade acirradamente teórica poderá levar o lingüista a resultados mais condizentes com os fatos que se propõe a analisar (TARALLO, 1986, p. 128-9).

E parece que essa pretensa *falta de personalidade* tem de fato levado a bons resultados, nomeadamente sobre a sintaxe do português brasileiro, transformando essa contra-ortodoxia teórica do linguista nacional em uma renovação e em uma virtude *per se*, conquanto não imponha os "*laços de fidelidade* que o prendam a determinado modelo" (BORGES NETO, 1986, p. 80), a que os linguistas estrangeiros costumam condicionar-se.

Ainda no âmbito da Teoria da Variação Linguística, poder-se-ia destacar o princípio de *saliência fônica*, proposto por Anthony Naro e Miriam Lemle, em trabalho originalmente escrito em inglês (Cf. NARO e LEMLE, 1976), que integra hoje o inventário teórico da Sociolinguística como um todo, nomeadamente daqueles que têm rastreado os diversos fenômenos relacionados a aspectos do português brasileiro, como, por exemplo, a variação na concordância verbal e nominal, que o próprio Naro tem também levado a cabo.

Haveria outros exemplos do resultado da antropogenia brasileira sobre a elaboração de teoria linguística que a especulação pudesse fomentar, mas que não seriam mesmo assim suficientes para alterar o quadro que o senso comum daqueles que fazem linguística no Brasil facilmente esboçaria: importam-se as teorias, sim, mas a "ligação do brasileiro com as idéias estrangeiras é, do mesmo modo, tão tênue que ele não se sente obrigado a assumi-las de um modo mais profundo" (BORGES NETO, 1986, p. 79).

Não obstante a efemeridade ou grau de fidelidade de sua filiação a determinada corrente teórica, o linguista brasileiro parece que tem conseguido construir uma trilha segura para o desenvolvimento da linguística nacional, que poderia ser conjecturada em duas frentes principais de ação. A primeira emerge daqueles que, independentemente das idéias teóricas em que se apoiem, têm no português brasileiro o seu escopo de trabalho, fazendo com que se desvende cada vez mais a realidade linguística do País.

Observe-se que da amostra de artigos utilizados por Altman (1998), na análise de sua investigação sobre a pesquisa linguística no Brasil de 1968 a 1988, anteriormente citado, 75% se relacionam ao português brasileiro, que conjuntamente com os 8%, que investem no estudo de línguas indígenas nacionais,

definem, indubitavelmente, o campo de interesse do linguista brasileiro. Afinal, como afirmam Maurício Tapajós e Aldir Blanc, na música *Querelas do Brasil*, o “Brasil não conhece o Brasil”. E talvez seja essa a primeira meta a ser atingida por todos os campos do saber científico, nomeadamente pela Linguística. O projeto coordenado por Ataliba de Castilho *Para a História do Português Brasileiro*, que tem sido nacionalmente implementado, é um bom exemplo, entre outros que poderiam ser apontados, da direção que tem sido tomada nesse sentido.

Embora seja uma comportamento pertinente a todas as comunidades do mundo, o distanciamento entre o que se ensina na escola e o uso que se faz da língua oficial assumem, no Brasil, proporções tão abissais e paradoxais aos modelos normativistas impostos, muitas vezes tão distantes do professor quanto do aluno, que só um grande esforço coletivo para o conhecimento da realidade linguística do País pode pouco a pouco vir a reverter.

E parece ter sido essa a função precípua do linguista brasileiro: buscar esboçar a feição que o português tem assumido deste lado do Atlântico, conquanto, para isso, não evite utilizar modelos teóricos importados. Aliás, não tem sido esse o caminho histórico de todas as civilizações no longo percurso de seu desenvolvimento tecnológico e científico?

A segunda frente levada a termo pelo linguista brasileiro, que aqui se conjectura, relaciona-se àqueles que, fiéis às idéias geradas pelas correntes linguísticas em que se inserem, perseguem sua constante e imediata atualização, estando sempre com avidez à espera das novidades teóricas lançadas no estrangeiro.

Embora Borges Neto (1986:79) considere que com esse comportamento se deixe de “fazer linguística para se ler sobre linguística” e que “a atualização não pode ter um fim em si mesma”, esse comportamento, enquanto não predomine hegemonicamente no cenário nacional, pode muito bem servir ao avanço e solidificação de uma linguística brasileira, já que poderá preparar o terreno, os fundamentos científico-metodológicos necessários, para a formação de novas gerações de linguistas brasileiros, sem os mesmos “traumas” que o contexto

multifacetado e “mal-digerido” do momento de introdução dessa ciência no País, por certo, acarretou e cujos reflexos ainda se podem sentir.

Mesmo aqueles que, no Brasil, concentram seus trabalhos sobre teorias formalistas, notadamente de natureza gerativista, para as quais o uso concreto da língua não desperta interesse, senão do ponto de vista do *falante ideal*, e que, por força da própria dinâmica da teoria em constante reformulação, precisam acompanhar seu desenvolvimento *pari passu*, não se alijam completamente da primeira frente de trabalho aqui conjecturada, estando sempre a promover estudos, cujo exemplário testado se concentra no português brasileiro, inclusive em sua dimensão diacrônica, no que se refere ao processo de aquisição da linguagem.

Ademais, há de forma geral, no Brasil, uma retomada progressiva aos estudos de natureza sócio-histórica, mormente na reconstituição histórica da língua portuguesa, antes bastante relegados pela avassaladora orientação estritamente sincrônica imposta pelo estruturalismo e pelo quase aniquilamento total dos estudos filológicos, causado pela emergência da Linguística no País.

Em recente livro, sobre uma temática a princípio distante do interesse normal do linguista, intitulado *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*, Jean Claude Schmitt afirma que "três tipos de visões constituem uma hierarquia, homóloga à hierarquia das faculdades da alma: a visão corporal depende dos sentidos do corpo; a visão espiritual, da imaginação; a visão intelectual, da razão pura" (SCHMITT, 1999, p. 39). O linguista parece que precisa de todas elas, enfim, para a consecução plena de seu trabalho, pois a língua perpassa necessariamente esses três campos conceituais.

Ser linguista no Brasil é ser o resultado de seu próprio contexto de formação, plural, heterogêneo, de base originalmente exógena, assim como são as línguas naturais, inegavelmente, o reflexo de seus intercursos sócio-históricos, mesmo que para alguns a linguagem humana se fundamente no inatismo de uma gramática de natureza biológica, comum à espécie humana. Uma ideia não precisa necessariamente invalidar a outra.

O linguista brasileiro pode ser um elemento em “variação estável” ou “mudança em curso” no processo de construção de uma Linguística nacional, mas é certamente o sujeito de sua comunidade de fala, que tem dado todos os indícios do domínio da metalinguagem que servirá de base a seus trabalhos científicos. Não seria esse o linguista “chus fremoso”,⁶ o mais completo?

Referências bibliográficas

ALTMAN, Cristina (1998). *A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas.

BENVENISTE, Émile (1976). *Problemas de lingüística geral*. Trad. de Maria da Glória Novak e Luiza Neri; Rev. do Prof. Isaac Salum. São Paulo: Ed. Nacional.

BORGES NETO, José (1986). Lingüística no Brasil: mera importação de modelos estrangeiros?. *Boletim ABRALIN*, 8: 77-82.

CÂMARA JR. J. Mattoso. (1990) *História da Lingüística*. Trad. de Maria do Amparo B. de Azevedo. Petrópolis: Vozes.

CHOMSKY, Noam (1957). *Syntactic Structures*. Haia: Mouton.

DASCAL, M. & BORGES NETO, J. (1991). De que trata a Lingüística afinal. *Histoire, Epistemologie, Language*, 13 (1): 13-50.

DUARTE, Maria E. Lamoglia (1996). A Sociolingüística ‘paramétrica’. *Atas I Congresso Internacional da Associação Brasileira de Lingüística: conferências - mesas-redondas*, Salvador, 11/16 de setembro de 1994 / Organizadas por Jacyra Mota e Vera Rolemberg - Salvador: Abralín.

KATO, Mary (1997). Teoria sintática: de uma perspectiva de “-ismos” para uma perspectiva de “programas”. *D.E.L.T.A.* 2(13): 275-89.

LIGHTFOOT, DAVID (1999) *The development of language: acquisition, change and evolution*. Oxford: Blackwell.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1998). Sobre desencontros e reencontros: Filologia e Lingüística no Brasil no século XX. *Estudos Lingüísticos e Literários*, 21-22: 97-108.

⁶ A “chus fremoso”, do português arcaico corresponderia hoje, *mutatis mutandis*, “mais belo”.

- NARO, Anthony & LEMLE, Miriam (1976). Syntactic diffusion. In: STEEVER, S. B. et alii (eds.) *Papers from the parasession on diachronic syntax*. Chicago, Chicago Linguistic Society. p. 221-41.
- NAVARRO, Eduardo de A. (1999) *Método moderno de tupi antigo: a língua do Brasil dos primeiros séculos*. Petrópolis: Vozes.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil (1986). Comunicar é preciso. *Boletim ABRALIN*, 8: 83-85.
- SAUSSURE, Ferdinand de [1916] (1968). *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix.
- SCHMITT, Jean Claude (1999). *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*. Trad. de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras.
- TARALLO, Fernando (1986) Zelig: um camaleão-lingüista. *D.E.L.T.A.*, 1(2):127-144.
- WEINREICH, Uriel, LABOV, William & HERZOG, Marvin (1968). Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W. & MALKIEL, Yakov (Eds.) *Directions for Historical Linguistics: A Symposium*. Austin: University of Texas Press. p. 95-195.